

DIÁRIO DO GOVERNO



GOVÉRNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 185000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 105000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de sêlo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO:

Lei de 8 de Julho, autorizando o Poder Executivo a exercer a atribuição do n.º 16 do artigo 26.º da Constituição para garantir a defesa da República e assegurar a ordem no país.

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

Despachos criando postos de registo civil.

Despachos reconstituindo comissões concelhias de administração.

Decreto de 1 de Julho, declarando sem efeito a cedência dum

caso à Junta de Paróquia de S. Sebastião da Pedreira.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Boletim Oficial da Guarda Fiscal n.º 4, referido a 31 de Maio.

Balanços de bancos e companhias.

MINISTERIO DA GUERRA:

Leis de 8 de Julho:
Determinando a organização de tribunais militares para julgamento dos crimes de rebelião.

Convocando extraordinariamente a classe de 1922 das tropas activas de todas as armas e serviços da 1.ª e 4.ª divisões do exército.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 6 (série A), referida a 15 de Junho.

Portaria de 29 de Junho, provendo provisoriamente o lugar de cabo de mar em Buarcos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Despachos pela Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, sobre movimento de pessoal.

Nova publicação, rectificada, da nota do movimento do pessoal consular estrangeiro, inserta no Diário n.º 158.

Decreto de 3 de Julho, mandando abonar o subsídio diário de 15 escudos ao delegado técnico nas negociações para revisão do tratado de comércio e navegação entre Portugal e Espanha.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Notificação de registos de marcas internacionais.

Relação de pedidos de registo de patentes de invenção.

Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Aviso para as provas dos candidatos a impressor e desenhador litógrafos da Imprensa Nacional de Angola.

Decreto de 29 de Junho, abrindo um crédito extraordinário para pagamento das despesas resultantes do movimento de tropas de diferentes colónias para a de Timor.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:

Concedendo o direito de aposentação ao escrivão do juízo apostólico de Braga.

Autorizando a compra de material completo de metralhadoras.

Autorizando a Câmara Municipal de Barcelos a contrair um empréstimo para abastecimento de águas.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 12 de Julho.

Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, acórdãos n.º 3:233, a 3:235 e 3:253.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para averbamento de títulos.

Administração do concelho de Loures, anúncio para arrematação de água e comida para os presos.

Imprensa Nacional de Lisboa, anúncio de concurso para fornecimento de materiais e artigos diversos.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, plano para a 10.ª extracção da lotaria de 1912-1913.

Presidência da Relação do Porto, anúncio de concurso para provimento dum lugar de solicitador da comarca de Fafe.

Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES:

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 214—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 5 de Julho.

N.º 215—Balanço do Banco de Portugal na semana finda em 26 de Junho.

PRESIDÊNCIA DO MINISTÉRIO

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Poder Executivo autorizado a exercer a atribuição do n.º 16.º do artigo 26.º da Constituição,

em tanto quanto seja necessário para garantir a defesa da República e assegurar a ordem em todo o país.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 8 de Julho de 1912.—Manuel de Arriaga—Duarte Leite Pereira da Silva—Francisco Correia de Lemos—António Vicente Ferreira—António Xavier Correia Barreto—Francisco José Fernandes Costa—Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia—António Aurélio da Costa Ferreira—Joaquim Basílio Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Por despacho de 1 do corrente, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 2 de mesmo mês:

Higinia Augusta de Paiva Faria, professora primária da escola mixta Bernardino José de Carvalho, com sede em Cabaços, freguesia de Pussos, concelho de Alvaiázere—transferida, precedendo concurso, para a escola do sexo feminino da freguesia sede do concelho e círculo escolar de Tôrres Novas.

Por despacho de 2 do corrente, com o visto de 3 do mesmo mês:

José Fernandes do Couto, professor primário da escola da freguesia das Fontinhas, concelho da Praia da Vitória—transferido, precedendo concurso, para o 2.º lugar da escola da freguesia de Santa Cruz, do mesmo concelho, círculo escolar de Angra do Heroísmo.

Por despacho de 8 do corrente mês:

Concedidas licenças aos seguintes professores primários, por motivo de doença:

Maria da Conceição dos Reis, da escola para o sexo feminino da freguesia de S. Miguel do Outeiro, concelho de Tondela, círculo escolar de Santa Comba Dão—trinta dias.

Alberto da Silva Duarte, da escola da freguesia de Azóia de Cima, concelho e círculo escolar de Santarém—quarenta dias.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Julho de 1912.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

Para os devidos efeitos se declara aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

1.ª Circunscrição escolar — Lisboa

Sexo masculino do Seixal, concelho de Porto Moniz, distrito no Funchal.

Sexo masculino da sede do concelho de Porto Moniz, distrito do Funchal.

Sexo masculino da sede do concelho de Porto Santo, distrito do Funchal,

Sexo masculino de Quinta Grande, concelho de Câmara de Lobos, distrito do Funchal,

Sexo masculino de Boaventura, concelho de S. Vicente, distrito do Funchal.

Sexo masculino de Santo Espírito, concelho de Vila do Porto, distrito de Ponta Delgada.

Sexo masculino de Santa Cruz, freguesia de Ribeiras, concelho de Lages do Pico, distrito da Horta.

Sexo masculino de S. Sebastião, concelho e distrito de Angra do Heroísmo.

Sexo feminino de Santo Amaro, concelho de S. Roque, distrito da Horta.

Sexo feminino de Santo Espírito, concelho de Vila do Porto, distrito de Ponta Delgada.

Mixta de Ribeira da Janela, concelho de Porto Moniz, distrito do Funchal.

O prazo de concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no Diário do Governo n.º 6, começa na data da chegada do vapor que conduz este Diário à sede do distrito respectivo. Termina trinta dias depois.

Os requerimentos dos candidatos serão enviados ao inspector da 1.ª Circunscrição escolar, acompanhado dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911 não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos das escolas para o sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 8 de Julho de 1912.—Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 6 do corrente:

Adélia Weinz, professora de piano do Conservatório de Lisboa—concedida a licença de dois meses, com vencimento, para tratar da sua saúde, no estrangeiro.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 8 de Julho de 1912.—O Director Geral, interino, J. M. de Queiroz Veloso.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara que o nome do segundo oficial da Secretaria do Hospital de S. José e Anexos, promovido provisoriamente a primeiro oficial da mesma secretaria, é Manucl Carlos Teixeira e não Manucl Carlos Ferreira, como erradamente se publicou no Diário do Governo de 4 do corrente mês.

Direcção Geral da Assistência, em 8 de Julho de 1912.—O Director Geral, Augusto Barreto.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Geral

Repartição Central

Despacho

Bacharel José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral dos Negócios da Justiça e secretário da Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas—concedida a licença de dois meses para tratar da sua saúde, podendo gozar no estrangeiro. (Tem a pagar os respectivos emolumentos).

Ministério da Justiça, Secretaria Geral, Repartição Central, em 8 de Julho de 1912.—O Secretário Geral, Germano Martins.

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas

Julho 6

Bacharel Adelino Soares Rodrigues—demitido, por abandono de lugar, de conservador do registo predial na comarca de Vila Flor.

Bacharel Francisco Maria Guerra—nomeado conservador do registo predial da comarca de Vila Flor.

Bacharel Joaquim Pinto Coelho Soares de Moura—exonerado do lugar de sub-delegado do Procurador da República na comarca de Lousada.

Bacharel Luís Feio Basto Folque—exonerado do lugar de sub-delegado do Procurador da República na 2.ª vara cível da comarca de Lisboa.

Bacharel António Augusto de Melo—nomeado definitivamente notário da comarca da Figueira da Foz.

António Sérgio Augusto de Macedo—exonerado do lugar de juiz de paz do distrito de S. Tiago, comarca de Almada.